

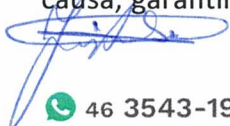
**Ata da 8ª Sessão Ordinária Da 14ª Legislatura**

**Identificação Básica:** Tipo de Sessão: Sessão Ordinária; Abertura 31/03/2025 - Início às 19:00 h e término às 20:19 h

**Mesa Diretora:** Presidente: José Alair dos Santos (Kabinho)/ PSD; Vice-Presidente: João Bento Emiliano/ PP; Primeiro Secretário: Manoel Arilto de Souza Costa Junior/ PP; Segunda Secretária: Sônia Loblein Machado/ PP.

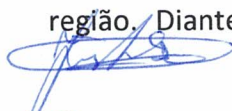
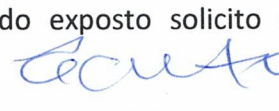
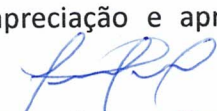
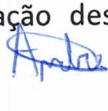
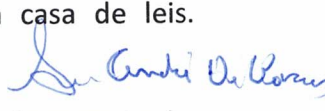
**Lista de Presença na Sessão:** José Alair dos Santos (Kabinho)/ PSD; Manoel Arilto de Souza Junior / PP; Sônia Loblein Machado / PP; João Bento Emiliano/ PP; Ozéias de Oliveira / PP; Edilberto Zanandrea / PL; André Eduardo Knop de Andrade / UNIÃO BRASIL; André Figueira de Barros / PSDB; Maria Isabel P. Tonello /PSD; Renato Figueira / Novo.

**Expedientes: 01. ABERTURA DA SESSÃO:** Com a palavra o presidente Kabinho: invocando a proteção divina pela grandeza da Pátria Progresso de Realeza e o bem-estar da sua população declaro aberto os trabalhos da 8ª sessão ordinária desse dia 31 de março de 2025. Quero agradecer a presença de todos nessa sessão, também os que nos acompanham pela rádio Aquarela e pelo Facebook. Nesse momento abro para votação se todos concordam com a ata da 7ª sessão ordinária do dia 24 de março de 2025 que já foi disponibilizada aos senhores vereadores. Aprovada por todos. **Matérias do Expediente:** O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI Nº 29 DO PODER EXECUTIVO** – Dispõe sobre a autorização para o pagamento de indenização por serviços executivos sem cobertura contratual e dá outras providências. **JUSTIFICATIVA:** O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizado a realizar o pagamento de indenização à empresa IMPONENCE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA referente aos serviços executados sem cobertura contratual no âmbito do Contrato nº 533/2023, Tomada de Preços nº 15/2023, conforme parecer jurídico nº 33/2025 e demais documentos comprobatórios, bem como em concordância com a Lei Municipal nº 1.753/2018 e de acordo com a Lei 8.666/93. A necessidade dessa autorização decorre da impossibilidade de celebração de termo aditivo, uma vez que o contrato original não se encontra mais vigente. No entanto, os serviços foram efetivamente prestados, gerando benefício direto para a Administração Pública, conforme constatado pela Secretaria Municipal responsável e devidamente atestado pelo órgão jurídico competente. A Constituição Federal, bem como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021), proíbem a execução de serviços sem cobertura contratual. Contudo, a jurisprudência e a doutrina administrativa reconhecem que, em casos onde há efetiva prestação do serviço e benefício para o Município, deve-se evitar o enriquecimento sem causa, garantindo o pagamento devido por meio de indenização. O Tribunal de Contas





da União (TCU) também se manifesta no mesmo sentido, determinando que, em situações em que os serviços foram prestados e utilizados pelo ente público, há o dever de indenizar, desde que devidamente comprovado o cumprimento do objeto contratado e a razoabilidade dos valores pagos. Dessa forma, o pagamento da indenização proposto nesta lei não apenas regulariza uma obrigação da Administração, como também assegura a transparência e a legalidade dos atos praticados pelo Poder Público, evitando questionamentos administrativos e judiciais futuros. Além disso, a aprovação deste projeto reforça o compromisso do Município de Realeza com a correta gestão dos recursos públicos e com o respeito aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência. Outrossim, diante da confirmação dos serviços prestados, a presente medida evita o ajuizamento de ação judicial contra esse ente público, o que geraria mais ônus com custas processuais, juros e honorários sucumbenciais. Ademais, esse ente público já realizou pedido de abertura de sindicância para apurar responsabilidade de eventuais servidores. Em anexo segue portaria de abertura de sindicância; relatório dos serviços que foram realizados e parecer jurídica da procuradoria municipal. Diante do exposto, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei, garantindo que os valores devidos sejam pagos dentro dos critérios técnicos e legais, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades administrativas. DIRCEU PAULO BALDISSERA Prefeito Municipal em Exercício. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI Nº 32 DO PODER EXECUTIVO – Autoriza o Poder Executivo Municipal a viabilizar incentivos diretos à instalação de empresa de reciclagem de borracha de pneus, Borrachas Pietra LTDA, observando as condicionantes da Lei Municipal nº 2.172, de 18 de junho de 2024. JUSTIFICATIVA:** A finalidade do presente Projeto de Lei é promover a economia sustentável, através do incentivo a geração de emprego e renda, bem como viabilizar o desenvolvimento econômico e social do Município por meio de ações que geram incentivos diretos aos setores produtivos, buscando contemplar o interesse público justificado na melhoria da qualidade de vida da população, no incremento da receita municipal por meio de tributos próprios ou repartição dos tributos federais e estaduais. O empreendimento Borrachas Pietra LTDA, é uma indústria de reciclagem de pneus, cuja matéria prima gerada, borracha triturada, é empregada na fabricação de pisos emborrachados, placas de borracha e equipamentos para parques infantis. Os pneus são coletados principalmente em recapadoras, borracharias e comércios de pneus, mas também são coletos em locais chamados eco-ponto, que são destinados ao recebimento de pneus descartados pela população em geral, tornando o empreendimento de grande valor para a sustentabilidade ambiental através do tratamento de um resíduo difícil de descartar. A previsão inicial é de 12 colaboradores, com processamento de 2.400 toneladas de borracha por ano, e a expectativa é de chegar a 25 colaboradores e processamento de 7mil toneladas ano. Contribuindo assim para a geração de emprego e arrecadação municipal, além de contribuir para o ganho ambiental do município e da região. Diante do exposto solicito a apreciação e aprovação desta casa de leis.



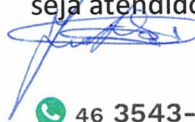
Atenciosamente: DIRCEU PAULO BALDISSERA Prefeito Municipal em Exercício. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa que fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI Nº 33 DO PODER EXECUTIVO** – Procede à desafetação e autoriza a alienação de imóveis públicos e a concessão de incentivos fiscais para a construção de 50 unidades habitacionais em Realeza-PR, com recursos do FGTS e contrapartida municipal, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, conforme a Portaria MCID nº 725/2023. **JUSTIFICATIVA:** O presente Projeto de Lei tem como objetivo promover a desafetação de imóveis pertencentes ao patrimônio público que se encontrem ociosos ou sem destinação específica, autorizando sua alienação, bem como firmar convênio para a construção de 50 unidades habitacionais com recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta visa atender à demanda crescente por moradia digna, melhorar a gestão dos bens públicos e fomentar o desenvolvimento social e econômico da região. A desafetação de imóveis em questão é medida necessária, uma vez que tais bens, atualmente classificados como de uso especial ou comum, não cumprem função pública relevante no momento. A sua permanência no rol de bens públicos sem utilização representa ônus ao erário, seja por custos de manutenção, seja pela perda de oportunidade de geração de receita ou benefício social. Nesse sentido, a parceria proposta para a construção de 50 unidades habitacionais, com o uso de recursos do FGTS, alinha-se aos objetivos de programas sociais que visam reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de vida da população de baixa renda. O FGTS, instituído pela Lei nº 5.107/1966 e regulamentado posteriormente, é um instrumento consolidado de financiamento habitacional no Brasil, sendo amplamente utilizado para viabilizar projetos que promovam o acesso à moradia. A construção dessas unidades atenderá famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento da economia local, por meio da geração de empregos diretos e indiretos durante a execução das obras. Além disso, a celebração de convênio com entidades públicas ou privadas comprometidas para a execução do projeto garante a eficiência e a celeridade na aplicação dos recursos, respeitando os princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A proposta também está em consonância com os preceitos constitucionais que asseguram o direito à moradia (art. 6º da Constituição Federal) e a função social da propriedade (art. 5º, inciso XXIII). Solicita-se, portanto, o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta iniciativa, que trará benefícios concretos à população e contribuirá para o desenvolvimento sustentável do município/estado. DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito Municipal em Exercício. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa que fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02 DO PODER LEGISLATIVO** – Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 06/2024 (Código Tributário Municipal), e dá outras providências. **JUSTIFICATIVA:** Senhores Vereadores, a proposição legislativa em epígrafe apresentado pelo vereador abaixo relacionado, diz respeito à isenção tributária de IPTU prevista no Código Tributário Municipal (Lei Complementar n. 06/2024). De forma específica, as



isenções Tributárias de IPTU são concedidas a grupos determinados, por razão de condição social, enfermidades, tombamento histórico etc, ainda conforme previsão da própria lei tributária, existe a exigência de que a condição que dá direito ao benefício seja apresentada e comprovada anualmente, no entanto, a maioria das situações são permanentes e não refletem alteração da condição em curto espaço de tempo, logo, a exigência anual representa um empecilho aos grupos beneficiários das isenções. Com a presente proposta, as condições que dão direito à isenção de IPTU desde que comprovadas junto ao setor competente passam a ter validade de 2 (dois) anos, devendo, portanto, a exigência e comprovação que dá direito ao benefício ser apresentada a cada 2 (dois) anos ao setor competente do município. Desse modo, diante da relevância desta Proposição, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Realeza, Estado do Paraná, treze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa que fizesse a leitura do **Requerimento nº 07/2025, de autoria do Vereador Renato Figueira** – Que seja encaminhado um ofício para o Poder Executivo Municipal de Realeza-PR, requisitando informações sobre o Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 003/2025 que trata de Admissão de operador de máquinas, motorista e agente de conservação de limpeza para atender a necessidade temporária e transitória de excepcional interesse público. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa que fizesse a leitura da **Requerimento nº 08/2025, de autoria do Vereador André Napiwoski F. de Barros** – Que seja encaminhado um ofício para o Poder Executivo Municipal de Realeza-PR, requisitando justificativa porque os Profissionais a baixo não tem direito de ganhar os 40% de insularidade. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa que fizesse a leitura da **Requerimento nº 09/2025, de autoria do Vereador André Napiwoski F. de Barros** – Que seja encaminhado um ofício para o Poder Executivo Municipal de Realeza-PR, solicitando esclarecimentos acerca da ausência de concessão da Bonificação por Mérito de Resultado da Aprendizagem aos profissionais da educação contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS), especificamente aos Professores. A Bonificação por Mérito, instituída com o intuito de reconhecer o desempenho e a dedicação dos profissionais da educação na promoção do aprendizado e no desenvolvimento educacional dos alunos, tem se mostrado um incentivo fundamental para a melhoria da qualidade do ensino. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura da **Indicação nº 40 de autoria do Vereador Edilberto Zanandrea** – Que seja providenciado um ponto de ônibus no Bairro Moreti, na Avenida Getulio Vargas esquina com a Rua Texeira Lessa ou na Avenida Getulio Vargas esquina com a Avenida Edmundo Gaweski. O Presidente Kabinho deu o uso da palavra a vereadora para fazer a justificativa da sua indicação: Boa noite, senhor presidente, colegas vereadores, vereadoras, o público que se encontra conosco nesta noite, o pessoal que nos acompanha através da rádio, Facebook. É mais um reforço, senhor presidente. O pessoal lá do bairro Moretti, algumas pessoas lá me pediram para



que desse esse reforço. Sei que já está sendo licitado esse ponto de ônibus, já está sendo licitado. É mais um reforço mesmo, para que deem atenção lá para o bairro Moretti, para que faça esse ponto de ônibus lá, porque as crianças lá ficam abrigadas embaixo de uma árvore lá, nesses dias que precisam ir para a escola. Então é mais do que um reforço mesmo, senhor presidente, para que, assim que sair a licitação aí, que desse uma atenção especial para o pessoal do bairro Moretti. Obrigado, senhor presidente. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura da **Indicação nº 41 de autoria do Vereador Junior Costa** – Que seja feita a Pintura das faixas e preferenciais nas seguintes Ruas: Rua Itália; Rua Soares Raposo; Rua José de Alencar; Rua Pedro Americo; Rua Marco Aurélio. O Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador para fazer a justificativa da sua indicação: Então, senhor presidente, aproveitando que o Juarez está aqui hoje, já entrei em contato com ele. Essas ruas aqui foram os asfaltos novos que foram feitos lá no bairro João Paulo. E, por motivos de não ter essa sinalização, alguns motoristas não respeitam as preferenciais e já vêm acontecendo alguns acidentes lá. Então, a gente pede aí, aproveitando a oportunidade, que leve até o executivo. Não sei se a responsabilidade lá é da empresa que fez o asfalto ou da nossa administração municipal, mas que seja feita a pintura e a sinalização das preferenciais e dos quebra-molas para que a população tenha mais segurança no seu dia a dia. Obrigado, presidente. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura da **Indicação nº 42 de autoria do Vereador Ozeias de Oliveira** – Que seja vista as Placas de identificação das Ruas no loteamento Prades e Bairro São José. O Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador para fazer a justificativa da sua indicação: Senhor presidente, vereadores, vereadoras, a todos os presentes aqui no auditório, a todos que nos acompanham pelas redes sociais e nos ouvem pela Rádio Aquarela. Essa indicação foi um pedido de alguns moradores que estavam ali pegando o IPTU esse ano e relataram que estão faltando as placas, tanto no loteamento Prades como no São José, em algumas ruas. Então está aí o pedido para que seja colocado, até para identificar a rua, para as pessoas se localizarem e também já porque é previsto que em todo loteamento tenha a identificação mesmo. Então está faltando, está aí a indicação para que o executivo olhe e atenda esse pedido aí. Obrigado. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura da **Indicação nº 43 de autoria do Vereador Ozéias de Oliveira** – Que seja feito uma lombada na Rua Paraná esquina com a Rua Rio Branco. O Presidente Kabinho deu o uso da palavra a vereadora para fazer a justificativa da sua indicação: Esse pedido eu estou refazendo, fiz ano passado, e provavelmente deve estar aí dentro do cronograma dessas lombadas que estão sendo feitas. Fecha levada. A rua Paraná é uma rua onde os caminhões passam, a maioria que vem para o centro, muitas vezes, utiliza aquela via, mas onde se encontra com a rua Rio Branco, fica perigoso aquele local, até porque, uma vez por semana, muitas vezes, a gente vê um acidente naquele local. Então está aí o pedido, reforçando, é a segunda vez que eu faço a mesma indicação, e espero aí que seja atendido dessa vez. Está aqui o diretor do Realtrans, ele deve saber da necessidade



de uma faixa levada naquele local. Então está aí o pedido, e vamos estar acompanhando para que seja feito e atendido esse pedido. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura da **Indicação nº 44 de autoria do Vereador Junior Costa** – Que seja feito a realização de uma reforma abrangente nos banheiros e na cozinha da Casa Mortuária, bem como a implementação de medidas que promovam a acessibilidade em todos os seus espaços, garantindo maior conforto e dignidade aos usuários. O Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador para fazer a justificativa da sua indicação: Então, presidente, essa indicação, acredito, tenho certeza que é uma indicação muito importante, porque as famílias que vão até a nossa Casa Mortuária Municipal já estão num momento, como que eu posso dizer, um momento triste com a perda de seus entes queridos. E lá a gente está sem acessibilidade nos banheiros, na cozinha, com móveis um pouco já precários. E estão com problema de chuva lá também, quando chove, está entrando água dentro da Casa Mortuária. E eles pedem bastante pela conservação daquele ambiente, porque, para dar um conforto a mais para as pessoas, tem dois quartos lá, a gente também pede que sejam providenciados alguma cama lá que possa trazer um conforto a mais. Então, é uma indicação muito importante. Espero que nosso executivo olhe com carinho. No outro mandato já foi feita essa indicação. A gente foi até atrás de deputados para que mandassem emendas para que a gente fizesse essa reforma. Mas, numa visita que eu tive lá, eu constatei que não precisa tanto para reformar aquilo lá. É uma reforma simples, mas que vai trazer um conforto maior num momento tão delicado. Obrigado, vereadora, para as famílias que lá estão. Obrigado, presidente. O Presidente Kabinho solicitou ao Primeiro secretário Junior Costa fizesse a leitura da **Indicação nº 45 de autoria do Vereador Edilberto Zanandrea** – Solicita Fornecimento de um trator de esteiras para a Secretaria de Agricultura, com o objetivo de contribuir para a conservação do solo e o fomento da nossa agricultura. O Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador para fazer a justificativa da sua indicação: Senhor presidente e colegas, nós sabemos que o solo é o dom maior, mais precioso que Deus deixou para o ser humano. É ali que sai o nosso alimento, é ali que sai tudo aquilo que o ser humano consome. A FAO, que é uma sigla em inglês, que trazido para o português, quer dizer Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, tem uma estatística que 33% dos solos no mundo, ele está com problemas. Esses solos estão degradados, principalmente pela ação da erosão e pela compactação. Então eu estive conversando com o secretário de Agricultura do nosso município, Claytson, e fui pedir para ele o que está faltando para que isso incremente ainda mais. Eles estão lutando, eles estão trabalhando nisso, mas ainda está faltando alguns equipamentos para que isso seja feito com mais rapidez, essa conservação. Ele me solicitou que um trator de esteira seria muito bem-vindo para essa conservação de solo. Só complementando, dia 15 agora é o Dia Nacional da Conservação de Solo. Então, irmãos e amigos, é uma necessidade e o Executivo olha com carinho para isso. Eu só quero citar aqui alguns detalhes, se o Presidente me permite, da agricultura no geral para o nosso município. Esses índices são



do IPARDES e do DERAL. O que é o IPARDES? Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Economia Social. O DERAL é o Departamento de Economia Rural do Paraná. Segundo esses departamentos, o nosso município tem um PIB de R\$ 743 milhões, R\$ 115 mil e R\$ 332. O PIB que sai da agricultura englobado é R\$ 251 milhões, R\$ 618 mil e R\$ 739. Ou seja, 39% do PIB do nosso município vem da agricultura. Então, eu estou fazendo esse pedido em cima de números. É uma necessidade que nós temos para que nós conseguimos esse extrator, para que nós conseguimos conservar ainda melhor o nosso solo. O valor bruto, colegas, da produção agropecuária do nosso município, de 23 para 24, foi R\$ 629 milhões, R\$ 542 mil e R\$ 667 reais e R\$ 32 centavos, foi o valor bruto extraído da agricultura, da produção do nosso município. É muito dinheiro, né, amigos? É muito dinheiro. Hoje, a área total do nosso município, elas são 35.600 hectares. Nós temos a área do nosso município. Vocês sabem quantos estão sendo usados para a cultura, as culturas, para o cultivo? 17.700 hectares hoje o nosso município tem de cultivo. Em produção de toneladas, aí entra soja, milho, arroz, abobrinha, alface, cenoura, beterraba, tudo. 160 mil e 100 toneladas anuais na nossa produção. Então, eu quero depois pedir que o pessoal aqui, o diretor da Câmara, anexe esses números junto ao nosso pedido para levar até o Executivo, para que nos dê uma força para ver se nós consigamos esse trator de esteira para a conservação de sola do nosso município. Obrigado, senhor presidente.

**Lista de Presença na Ordem do Dia:** José Alair dos Santos (Kabinho)/ PSD; Manoel Arilto de Souza Junior / PP; Sônia Loblein Machado / PP; João Bento Emiliano/ PP; Ozéias de Oliveira / PP; Edilberto Zanandrea / PL; André Eduardo Knop de Andrade / UNIÃO BRASIL; André Figueira de Barros / PSDB; Maria Isabel P. Tonello /PSD; Renato Figueira / Novo.

**Matéria da Ordem do Dia: 1º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 30 DO PODER EXECUTIVO –** Dispõe sobre a autorização para o pagamento a servidor efetivo designado como autoridade de Trânsito e a concessão de gratificação aos servidores integrantes da junta administrativa de recursos de Infração – JARI, e dá outras providências. **Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de DUAS laudas pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado, desde que a proposta também obtenha parecer favorável das comissões permanentes e posteriormente do plenário desta casa. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. Este é o nosso Parecer, SMJ. Realeza, 27 de março de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. Com a palavra o presidente Kabinho: **Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira:** O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:**

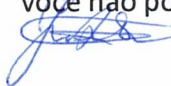
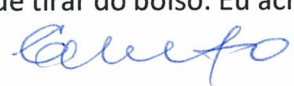
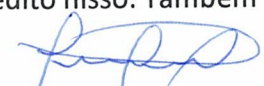
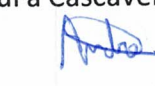
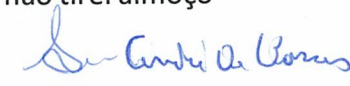


O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para a Discussão. Não havendo vereadores inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 1º turno por unanimidade. **1º TURNO - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04 DO PODER EXECUTIVO** – Altera o Artigo 201 da Lei Complementar nº 6/2024, que dispõe sobre a base de Cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, e dá outras providências. **Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de DUAS laudas pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado, desde que a proposta também obtenha parecer favorável das comissões permanentes e posteriormente do plenário desta casa. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. Este é o nosso Parecer, SMJ. Realeza, 27 de março de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. Com a palavra o presidente Kabinho: **Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira:** O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:** O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 1º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 20 DO PODER EXECUTIVO** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Parceria com a Associação Porto do Sol de Realeza, por meio de Termo de Fomento, e dá outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 21 DO PODER EXECUTIVO** – Institui a Bonificação por Mérito de Resultado da Aprendizagem aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 23 DO PODER EXECUTIVO** – Dispõe sobre a Criação de um ponto de Táxi Rotativo em frente ao Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida, DR. Eunidio Maximiliano, e dá outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 24 DO PODER EXECUTIVO** – Dispõe sobre a criação do Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida, DR. Eunidio Maximiliano, estabelece seus dados de inauguração e autoriza a abertura de conta específica para sua Gestão Financeira. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 25 DO PODER EXECUTIVO** – Dispõe sobre a autorização de permissão de uso do ginásio esportivo municipal para associação esportiva de Realeza para a realização de jogos Campeonato Paranaense Série Bronze – categorias sub 14; sub 16 e sub 20, bem como a cobrança de ingresso, venda de alimentos e bebidas, e a utilização do espaço para publicidade provisória, e dá outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 26 DO PODER EXECUTIVO** – Emenda na lei municipal nº 1.637/2015 que regulariza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto





aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 27 DO PODER EXECUTIVO** – Atualiza o nome da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer - Conselho Municipal de Cultura, Esporte e lazer - CMCER e Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – FMCR. Revoga a Lei Municipal nº 2.073/2023 e dá outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 06 DO PODER LEGISLATIVO** – Estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes políticos e servidores públicos no âmbito do Poder Legislativo do Município de Realeza, Estado do Paraná, e dá outras providências. O projeto está em discussão. A palavra com o vereador Renato Figueira: Boa noite a todos. Vou deixar a minha opinião em relação às diárias. A diária é algo relativo onde nós, parlamentares, temos a opção de usá-las ou não. Eu gosto de ressaltar que estou entrando no meu quarto mês de mandato e, até o momento, não fiz uso de nenhuma diária. Fui várias vezes a Cascavel tratar de assuntos políticos sobre o município. Fui algumas vezes para Francisco Beltrão tratar de assuntos relevantes à saúde e fiscalização para o município e não usei diária, não usei do dinheiro público, não usei do dinheiro de vocês para pagar almoço, nem nada. Eu acredito que o mundo desenvolveu e com o telefone a gente consegue resolver muitas coisas. Então, semanalmente a gente tem reuniões com assessores deputados, com deputados. A gente tem acesso hoje sem ser necessário o uso de diária, sem ser necessário viajar e, em uma ocasião evidente que a gente vai precisar se deslocar, aí sim o uso de diária é consciente. Não somente saindo daqui para ir tomar café em gabinete do deputado, que isso não é um intuito de ser um parlamentar efetivo, mas sim de respeitar o dinheiro público que aqui é aplicado dentro do município. Então, vou votar sim a favor desse projeto, voto a favor, mas lembrando que a diária tem que ser usada de modo consciente, de modo que respeite a população, porque é o dinheiro público. Obrigado, senhor presidente. Com a palavra a vereadora Maria Izabel: Respeito dos valores, então, anteriormente era feito por ressarcimento, então você ia lá, usava, almoçava, tirava nota de tudo e depois trazia para ser reembolsado. Esses valores, dos quais foram estipulados para a diária, foi feita uma pesquisa com os municípios vizinhos e, dentro desse padrão, nós seguimos o mesmo padrão deles. Então, não fugiu do valor que os municípios vizinhos já faziam. Como não é o caso do nosso salário, que é uma outra questão, mas também, quando foi feito, quando a gente foi discutir a respeito sobre o subsídio e tudo mais, também é feita uma pesquisa. Então, não é nada, assim, fora do padrão da nossa região. Então, só para deixar muito claro sobre isso. A palavra com o vereador Bento: Boa noite, senhor presidente, demais vereadores, vereadoras, quem está aqui presente. Justificar o que o Renato falou. A Isabel já explicou que nós tínhamos hotel. Você não pode sair daqui do município, lá em Curitiba. Eu não fui para tomar café. Eu estive esse ano lá em Curitiba. Tem umas demandas, mais ou menos, de 4 milhões, que devemos anunciar daqui uns 15 dias. Fomos eu, a Sônia, o Maneco e o Júnior. Então, a gente tira nota e traz. E eu estive na Curitiba, já justifiquei aqui a semana passada, eu estive em Curitiba e liberei mais em torno de 420 mil, que é o meu campinho, para o município. Estamos vendo com a executiva onde a gente vai adaptar. E eu não gastei também. Eu tirei do meu bolso porque eu não fui pela câmara, eu fui particular. Então, eu não fui tomar café, senhor Renato. Eu não saio daqui a Curitiba para tomar café, eu saio para trabalhar. E acho que é mais justo, o vereador, quando vai trabalhar e busca recursos, que não fiz em quatro anos, de 12 milhões para o município, você não pode tirar do bolso. Eu acredito nisso. Também fui a Cascavel, não tirei almoço



para a câmara dos vereadores. Então, assim, cada um faz o que acha, mas não tem que ficar falando que eu não faço ou não faço para querer, de repente, tirar a imagem dos outros vereadores. Acho que cada vereador faz a sua parte. Eu, quando vou a Curitiba, vamos com o carro da Câmara, tiramos as notas, agora vai ter diária, mas nós vamos atrás de recursos. Vamos bater em porta de gabinete, não é só do nosso deputado, de outros, do governo, de algum secretário. Obrigado, senhor presidente. A palavra com o vereador Renato Figueira: Eu acho que o nobre vereador acabou se precipitando, que em nenhum momento foi citado o nome do vereador no questionamento. Foi, sim, questionada a questão do assunto do uso consciente da diária, e não o quanto você trouxe ou deixou de trazer de verba para o município. O município tem muitas coisas ainda que está deixando a desejar, e a pauta aqui é a diária, e não valores que X trouxe, Y trouxe. Então, respeito ao vereador, mas não citei o seu nome. Se o senhor se sentiu ofendido, peço desculpa. É só a minha opinião, o meu posicionamento sobre diários. Em quatro meses de mandato, não usei diários ainda, e pretendo usar quando usar de forma consciente. Então, se o senhor se sentiu ofendido, me desculpe, não foi a intenção. Com a palavra o presidente Kabinho: Mais um minuto e vou parar. Com a palavra o vereador Bento: Só para a questão, vereador, você citou não o meu nome. Eu fui defender a nossa Câmara de Vereadores, porque eu não estive em Curitiba só para tomar café. É isso a sua palavra que ofenda o vereador. Só isso. Nós estivemos em quatro vereadores aquele dia viajando. Eu estive de novo com dinheiro do meu recurso, mas eu não fui lá para tomar café. Se você falou para quem? Você falou para quem foi a Curitiba. Óbvio que foi para isso. Você não precisa citar o nome. Então, a gente não vai lá em Curitiba para tomar café em gabinete de deputados. Se você não vai, parabéns a você. Mas, para você buscar recursos, você tem que correr atrás. Com a palavra o presidente Kabinho: Encerro esse assunto. Chega agora. Vou passar a palavra para o Edilberto Zanandrea. Com a palavra o vereador Zanandrea: Eu fui questionado por algumas pessoas também, por que nós votamos a favor dessas diárias. É porque no passado teve muitos problemas, me falaram. Mas, se aconteceu, foi lá no passado. Quem teve problema, que se acerte com a Justiça, se acerte com quem for, vai se acertar lá no passado. Então, nós aqui estamos fazendo um trabalho limpo, um fiscalizando, todos fiscalizando, um fiscalizando o outro. Eu acredito que isso aqui foi para trazer para o bem, e não para que haja problemas, para que haja falcaturas, para que haja excessos de diária. Eu acredito que isso não vai acontecer aqui. Por isso, também, estou votando a favor com esse intuito de fazer melhorar, e não para trazer problemas. Eu já falei e vou repetir. Quem teve problema no passado, que se acerte com a Justiça, se acertou, não sei, essa é uma nova legislação, uma nova legislatura. E nós estamos aqui para fazer o melhor pelo município. Obrigado, senhor presidente. A palavra com o vereador Ozéias: Vou fazer um comentário, porque também sou questionado. O voto que encerrou com as diárias em 2017 foi o meu como presidente, porque deu empate na época. No momento, não tinha como manter a diária. O Sr. Presidente até lembra, né? A Realeza estava nos jornais com problema de diária. Então, acredito que oito anos tendo ressarcimento, deu de ver que a Câmara se comportou de uma maneira que hoje pode votar consciente as diárias, que não vai trazer um problema aí para a sociedade. Até porque todos os funcionários públicos do município eles usam a diária. Só o Poder Legislativo aqui, os políticos que não, porque os funcionários, inclusive, eles têm. Então, é, o prefeito também tem ali. Então, nós votando agora e usando conscientemente esse valor, acredito que não vai trazer problema nenhum. Até porque se tu trazer o comprovando que gastou, era





ressarcido daquele valor. E, muitas vezes, dava o valor da diária. Então, elas por elas, a diária pelo menos é valor fixo e a pessoa vai ter que gastar somente aquele valor. Se gastar a mais, ele não vai pegar esse valor para cobrir o que ele gastou a mais. Então, a diária vem para moralizar também um pouco aí. E a Câmara deu um exemplo aí em dois mandatos que não teve problema com diárias, com problema de ressarcimento. E acho que está aí no momento. Quando eu votei aquela vez, eu falei, no momento é isso, mas depois poderia mudar. Por isso que eu estou votando a favor hoje da diária, até porque já passamos oito anos e não tivemos problema nenhum com ressarcimento aqui na Câmara de Vereadores. Obrigado. Com a palavra o presidente Kabinho: Passo a presidência ao vereador Bento. Eu também quero fazer uso da palavra nesse projeto. Com a palavra o presidente Bento: Obrigado, Sr. Presidente, está com a palavra. Com a palavra o vereador Kabinho: Só para deixar bem esclarecido também, eu fui um dos que votou a favor para encerrar a questão da diária. Mas não tinha uma lei determinante mesmo como era. Hoje nós temos uma lei feita pela Procuradoria Jurídica e uma fiscalização do controle interno que fiscaliza isso e vai ter que ter tudo em cima dessa lei que nós temos que justificar tudo onde foi e como foi. Eu vejo uma condição dessa questão da diária de volta porque o município de Realeza, ele gasta, é obrigado a gastar 25% da receita em educação. Mas nós gastamos 28% porque tem as escolas de tempo integral, tem os transportes públicos que gastam dinheiro e sempre aumenta mais essa despesa. O município é obrigado a gastar 15% em saúde, mas geralmente gasta 23%, 24%. Se você somar essas despesas com mais 42%, 43%, até 43,5% da folha de pagamento, foi-se quase a receita do município. Daí vai dizer, mas como é que é feito todas as outras coisas? Porque os mesmos funcionários da educação é os mesmos da saúde e é os mesmos do parque de máquina. Então aí é a sobra que sobra para administrar o município inteiro. Então nós não temos folga para fazer isso. E muitas vezes a presença numa secretaria, junto a um gabinete do deputado resolve muitos problemas. Por isso eu estou aceitando, mas eu fui um dos que votei contra para encerrar aquela questão lá, porque a gente não quer o nome da gente envolvido em nenhuma situação. Nunca foi, como comentaram, o Poder Legislativo cobrava a ida e a volta, porque leva seis horas para estar em Curitiba. Isso não era permitido por lei e foi condenado a devolver. Encerramos lá em 2017 as diárias e agora, por uma questão de garantia de recursos, a gente está tentando ver dentro de um recurso onde vai ser cuidado principalmente por todos os vereadores, todos os vereadores são fiscais uns dos outros, o procurador jurídico e também o controle interno vai ficar de olho, porque eles também são responsáveis por essa questão. Então é uma necessidade, o município de Realeza paga a metade, o vereador não tem salário, ele tem subsídio. E é a metade do que ganha Santa Isabel, menos da metade do que ganha Ampere, menos da metade de Capanema e assim por diante. Então o que acontece? O vereador muitas vezes perde o dia de serviço, perde muitas coisas, então para isso ela é colocada a diária para despesas. O que favorece? Ele pode requerer o dinheiro desde que ele tenha o lugar marcado onde vai, que secretaria que ele vai estar, que gabinete que ele vai estar e como que ele vai estar, como é que ele pode comprovar a viagem dele e depois, claro, que nós vamos cobrar aqui na Câmara das viagens o que resultou disso. Então eu só queria fazer esse meu posicionamento e obrigado, presidente Bento. Com a palavra o presidente Bento: devolvo a palavra ao presidente Kabinho. Com a palavra o presidente Kabinho: não havendo mais inscritos, vereadores e vereadoras registrem os seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI Nº 07 DO**





**PODER LEGISLATIVO** – Denomina Logradouro Público como Travessa Benjamin Zanella e dá outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **2º TURNO - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03 DO PODER LEGISLATIVO** – Altera a Lei Complementar nº01/2019, e altera a carga horária do cargo efetivo de Procurador Legislativo, e dá outras providências. Passamos para discussão do projeto. Não havendo inscritos, vereadores e vereadoras registrem seus votos. Projeto aprovado em 2º turno por unanimidade. **Considerações finais:** Com a palavra o vereador Renato Figueira: Agradecer a presença de todos, principalmente o pessoal da comunidade do São Roque que está aqui presente hoje. Hoje vieram conversar conosco aqui a respeito do meu ponto de vista dessa questão bem delicada que está sendo a cobrança da taxa de lixo para a comunidade de vocês. Não só para vocês, para o Saltinho, mas para a cidade inteira. É algo que nós, vereadores novos, estamos tendo uma pressão muito grande em cima e é o nosso papel de parlamentar receber essa pressão e dar uma resposta para a população da melhor forma possível. Tendo em vista que foi algo que passou lá atrás por essa casa de leis, então foi aprovado aqui no mandato passado e eu, ano passado, eu ainda não era vereador, eu era morador e até então não tive acesso, não tive conhecimento dessa mudança, tão porque não acompanhava muito também a sessão da Câmara, que acredito que muitos, mas quando é algo que vai impactar diretamente no bolso do contribuinte, isso aí é algo que é uma notícia que corre rápido. Então eu venho aqui demonstrar a minha insatisfação com essa questão da taxa de água. Não sei quais os parâmetros que usaram para definir isso na época, pois eu não era vereador na época, então não vou poder dar uma resposta eficaz para vocês, mas como vereador atual nesse mandato, hoje protocolei um requerimento junto com o advogado da Câmara, pedindo justamente informações sobre isso, sobre, vou ler aqui rapidamente, qual foi a motivação administrativa ou política que levou a essa tirada do IPTU e jogar na conta de água. Quando foi feita a parceria entre o município e a Sanepar, para mim ter acesso a esse contrato, para ler esse contrato, porque eu não acredito que tenha vindo para a votação e ninguém leu esse contrato na época, para saber que ia ter um impacto. Na verdade, o meu interesse no contrato é saber se no contrato da Sanepar estava que essa taxa seria cobrada com o equivalente ao que você consumiria de água na sua residência. Então, a minha maior curiosidade a ter acesso a esse requerimento vai ser isso. Então é isso, só demonstrar a sua insatisfação, agradecer aos colegas, aos nobres vereadores nessa noite maravilhosa de sessão. Muito obrigado e até mais. Com a palavra o vereador Maneco: Boa noite, senhor presidente. Boa noite, colegas vereadoras, vereadores e o público que aqui nos acompanha de forma presencial e que nos acompanha pelo Facebook e Rádio Aquarela. Também ressaltar que do projeto foi citado até que foi aprovado pela Câmara passada onde eu era vereador. Posso dizer para vocês que a gente vai ver bem certinho, explicar para vocês no mais breve possível. Não é que a gente votou a favor de uma troca que a gente acha certo o valor que é cobrado. Não é porque eu falo bem a verdade, esclareço. Às vezes tem um conhecimento, o município não sabe que 40% do IPTU estava inadimplente. Então foi colocada aí, nisso tinha taxa de lixo. Só foi tentado fazer na taxa de água uma melhoria para isso, mas nenhum momento tenho certeza que nem o executivo municipal e nem o vereador que nessa casa estava tentou fazer alguma coisa contra nenhum dos contribuintes e nenhum Realezense. Pode ter certeza que o que você aprova hoje e o que você faz para agora daqui 10, 15 anos tem respaldo. E eu nasci nessa cidade e não quero sair na rua nem eu



e nem que minha filha seja falada. Está aqui o teu pai que fez isso e isso contra o município. Então pode ter certeza que eu digo da minha parte, acredito em todos os vereadores, que a gente vai tentar o mais breve possível dar uma resposta para vocês moradores do São Roque, vocês moradores do Saltinho e todos os munícipes que estão nos cobrando dia por dia, hora por hora sobre isso que está acontecendo. E eu dou os parabéns para vocês, que é aqui a casa de lei, é aqui que foi aprovado e é aqui que tem que ser cobrado. Parabéns em vocês terem vindo aqui, aqui falar conosco. Nós estamos eleitos para ouvir vocês. Aqui, Facebook, qualquer página que sempre tenta denegrir a Câmara, vereadores e a administração, lá não se vai se resolver nada. Mas aqui, agradeço novamente vocês terem vindo aqui. Também dizer, senhor presidente, que dar os parabéns para o nosso secretário João, que há pouco tempo tivemos que o Hospital Regional não atendeu mais oftalmologia. Rapidamente ele conseguiu um convênio, sábado agora, já foram levados os pacientes para lá, sábado vai ter novamente em Foz do Iguaçu. Então, temos pacientes lá, como eu digo para vocês, a saúde tem muito a ser feito, mas tem várias coisas também muito boas que estão sendo feitas. Então, não falo hoje como vereador, nem como servidor, mas como munícipe de realeza. Porque quando às vezes fala o servidor, o servidor às vezes sofre também quando falo de uma secretaria. Porque eu levo os pacientes com maior carinho e maior afeto, porque tive meus pais doentes e trato qualquer paciente da forma que eu gostaria que tratasse meus pais. Porque às vezes ele deixa na mão do motorista o atendimento. E tenho certeza que, da minha parte, o que o melhor eu puder fazer para cada um que eu levar na ambulância, no carro, qualquer transporte, pode ter certeza que, da minha parte, chegar ao atendimento sempre de qualidade. No mais, muito obrigado e desejo a todos uma boa noite e uma boa semana. Com a palavra o vereador André de Andrade: Boa noite, senhor presidente, caros colegas vereadores, público aqui presente, quem nos acompanha ao vivo. Sobre essa questão da taxa do lixo na água, eu fui bastante questionado também, como sou morador da Linha Saltinho, é algo novo também lá para nós, não estávamos esperando, assim como vocês aí do São Roque. Como o vereador Maneco, o vereador Renato comentou, a gente vai buscar se aprofundar nesse assunto aí para ver se algo pode ser feito. Vamos tentar resolver da forma mais rápida possível para ficar melhor. Foi um baque, a gente não esperava e temos bastante cobrança sobre isso. O mais, parabenizar a todos os vereadores pela sessão de hoje, vários projetos aprovados e no mais era isso. Uma boa semana a todos. Muito obrigado. Com a palavra o vereador Edilberto Zanandrea: Senhor presidente, aproveitando que o Juarez está aqui, vou cobrar mais um pouco Juarez. O pessoal ainda tem bastante dúvidas a respeito do funcionamento. Isso não vai ser de hoje para amanhã que vai ser solucionado. Então, qual seria a minha proposta para ti? Hoje eu vi que vocês estavam na praça fazendo os aplicativos para o pessoal colocar mais agentes de trânsito pelo menos por alguns 30 dias para que o pessoal seja orientado. Chegou um cidadão do interior que está por fora de como funciona, vai lá, dá um abraço nele, conversa com ele. Dessa forma, nós vamos conseguir fazer com que isso comece a funcionar de uma forma boa. Até então, muitas críticas ainda são colocadas em cima desses aplicativos. Então, Juarez, dentro dessas possibilidades, não sei como está o teu pessoal lá, coloque mais agentes para colaborar nisso. Outra coisa que vou te cobrar, Juarez, tem muitas placas de trânsito que estão escondidas atrás de galhos das árvores nas esquinas. E muitas vezes a pessoa, o motorista, principalmente quem não conhece a cidade ainda, chega ali e não enxerga a placa. A placa está atrás dos galhos. Que se faça uma limpeza, não sei se é o teu





departamento ou outro departamento, mas como você está adiante do trânsito, que tomasse por evidência nessa ação também. Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente. Com a palavra o vereador Ozéias: Só contribuindo um pouco com o assunto aí da taxa do lixo. Não é obrigatoriamente que a pessoa paga essa taxa através dessa de par. A lei, ela prevê que a pessoa pode fazer o requerimento no início do ano e pagar na prefeitura em uma cota única, ou conforme paga o IPTU, que dessa vez é em quatro parcelas, pode estar pagando ali. E os demais que não faziam esse requerimento aí vão automaticamente para cobrar na conta da Sanepar. Então, a opção de pagar ali na prefeitura, ela existe na lei, para o legal está previsto, e a pessoa pode estar fazendo daquela forma. Agora que tem que ter, presidente, uma audiência pública e ver realmente para ver como que foi esse lançamento, para ver se a satisfação do contribuinte, principalmente, ver os valores, principalmente, porque a gente está olhando aqui a tabela, o máximo previsto do UFM é R\$32,00 mensais. A gente está vendo fotos de conta de água com cento e pouco, com 60, com 70. Então, para a gente chegar e realmente passar a informação para o contribuinte, o porquê daquele valor. Então, seria bom a gente fazer, assim como foi feito no trânsito, isso é bom, dar um respaldo para a sociedade do que está acontecendo no momento. Até para dar uma transparência do trabalho que é feito pela prefeitura também. Então, fica aí a minha sugestão, e também poder estar contribuindo com a sociedade, como vereador, nesse momento. Obrigado. Com a palavra a vereadora Maria Izabel: Queria agradecer, então, primeiramente, aqueles que nos assistiram pelas redes sociais. Agradecer aqueles que se fizeram presentes. Agradecer o pessoal das comunidades que se sentiram mais surpresas com a questão da taxa de lixo. Já havia conversado com algumas das mulheres que estão aqui. E, de fato, estou indignada com isso, porque sei que até a questão da coleta lá não funciona como é na cidade. Não existe essa parte da coleta. Então, o porquê dessa cobrança. Também estou questionando isso. Nosso prefeito, que é o Dirceu, no momento, em exercício, ele está voltando de viagem. Já havia conversado com ele. E acredito que vamos sentar e conseguir solucionar, porque também não temos essas respostas ainda. E queremos saber os cálculos. Quais cálculos foram feitos? Onde estava esse valor? Porque vocês pagavam o IPTU antes. E não conseguiam ver qual era a parcela do IPTU que estava sendo esse valor. Então, estamos buscando essas questões. Além disso, também gostaria de falar para essa comunidade em específico, a respeito da iluminação pública. Estamos também conversando já a respeito disso. Da possibilidade de colocar a iluminação pública vê a possibilidade de colocar poste com a lâmpada. E, se não, estudar a possibilidade, estamos estudando ainda essa possibilidade, da isenção da taxa. Porque, acredito, como é o caso de uma das moradoras, não tem iluminação na área. E já estamos estudando essa possibilidade, que a princípio não tinha uma possibilidade, mas estamos estudando e vimos que talvez essa situação possa ser solucionada. Então, só para dar um respaldo para vocês. E acredito que em breve traremos mais respostas e uma possível solução para esse problema. Com a palavra a vereadora Sônia: Boa noite a todos. As pessoas que estão aqui acompanhando nós hoje e as pessoas de casa. Pode ficar tranquilos que a gente vai, todos nós juntos aqui, vamos tentar resolver sim esse problema aí da taxa de lixo. Porque foi uma surpresa para a gente também. Então, vamos aí todo mundo junto fazer da melhor forma possível. Obrigado a todos. Uma boa semana. Com a palavra o vereador Junior Costa: Queria também fazer um agradecimento a hoje estar presente aqui a Sônia. Sônia e seu esposo, diretora da APAE. Dizer que a gente tem um





compromisso lá com a escola, né, Sônia. Estamos cobrando para que logo aconteça, para dar um melhor lá para os alunos que estão precisando dessa reforma. A gente sabe, a gente vem conversando durante os dias. Então, a gente pede aí que o executivo olhe com carinho e logo faça esse passe desse dinheiro lá para a APAE. Queria dizer à população do São Roque, também recebi mensagens de vocês, tanto do Saltinho, que a gente também vai ser totalmente a favor que não é justo pagar por uma taxa que não é executado o serviço. A gente sabe disso. A gente também está sentindo, né, presidente, no nosso bolso, que a população nos procura. A gente que está no comércio ali está diariamente conversando com pessoas o dia inteiro e a maior reclamação agora é sobre isso. Então, a gente vai trabalhar aí junto com os outros vereadores e o que for possível que essa Casa, acredito, de leis possa fazer para melhorar para a nossa população, vai ser feito. Queria fazer um agradecimento especial hoje, citar novos, né, para o Ednei lá do Parque de Máquinas e os seus colaboradores pelo excelente trabalho que têm feito aí, atendendo a população, atendendo os pedidos da população e o pessoal da Iluminação Pública aí também. Prontamente, a gente coloca lá no aplicativo e é atendido os pedidos da Iluminação Pública. Deixar aqui os parabéns, hoje também começou uma obra em nosso município, que é a revitalização do Bosque Municipal. Um espaço que estava aí esquecido, um espaço que traz muitas lembranças para nós, moradores de Realeza. É uma obra de grande importância. Não precisa muito, né, presidente, para arrumar aquele espaço. Então, a nossa primeira-dama Cris, que está em frente a essa obra, para trazer a essência, os motocross que tinham antigamente, o pessoal usa lá para as famílias poderem, no seu domingo, passar momentos especiais lá. Então, parabéns aí pela Cris e todos os envolvidos pela essa reforma. Seria isso, senhor presidente. A gente se deixa à disposição da população que nos procure, para que a gente possa levar os pedidos até o nosso executivo e trazer as ideias aqui para os colegas vereadores, né. Tenham todos uma ótima semana e até a próxima sessão. Com a palavra o vereador Bento: Só para explicar para vocês aí, a população, aprovamos o projeto, sim, mas diz aqui, fica o Poder Executivo Municipal autorizar e firmar convênio, contrato com a empresa de saneamento básico, permitindo a arrecadação da taxa de resíduos sólidos domiciliares devido pelo contribuinte residente no município. Nós aprovamos, quem aprova é realmente a Câmara de Vereadores. Mas a responsabilidade de convênio seria do município, mas eu não estou, que nem falou o seu Maneco aí, vereador. Nós não estamos fugindo desse trabalho. Eu também paguei lá em casa, mais do que era para vir. Entendeu? Então, não foi a Câmara de Vereador que fez. Não, mas tudo bem, mas é isso que nós estamos falando. Como nós, Saltinho também está com problema, vocês também não têm. Então, isso, com certeza, nós vamos unir os vereadores para resolver essa situação de vocês. Nós concordamos com vocês, também tive alguém que mandou de Saltinho, alguém que mandou de São Roque para mim também. Porque cada pessoa, cada família que conhece um vereador vai pedir. Mas é isso que eu estou falando. Nós votamos o projeto, mas quem definiu foi o município, foi o convênio com a Sanepar. Está errado a Sanepar? Certeza. Eu não tenho vergonha de dizer como é que vai cobrar a taxa de lixo de São Roque e Saltinho se vocês não fazem uso do benefício, entendeu? Então, nós vamos aí, presidente, se unir aí e ver qual é a maior forma possível aí para a gente resolver a situação aí para vocês, com certeza. Obrigado, senhor presidente. Com a palavra o presidente Kabinho: Só dizer, nós tivemos com o André, para ver a questão do Saltinho, ele marcou uma reunião com o prefeito lá. A mesma coisa pode ser feita em São Roque, os vereadores que foram procurados aí, e também em outras





localidades, em Marmelândia e em outros. Não é justo que se paga por um serviço que a pessoa não usa. Então, é uma questão de sentar e ver como é que se faz essa... Não sei como que se faz isso, mas vamos procurar um meio certo. Queria também abordar aqui rapidamente, dizer que nessa questão da taxa na água, a gente vai discutir, vamos ver, porque agora que está chegando, porque está chegando o mês de abril e está chegando essas taxas aí, a gente não sabe o que fazer. Eu mesmo levei um susto, fui lá e fiz uma briga com eles. Eu pagava R\$ 180 por ano, hoje vou pagar R\$ 68 por mês. Mas, como a senhora falou, eu tenho serviço ainda. E por que eles aumentaram a minha taxa dessa maneira? Porque é quantos... Eu tenho quatro contas de água em dois relógios. E daí tem a sala comercial na frente, e cada sala conta uma porta. Então, por isso que deu isso. Voltei meio aborrecido, mas a gente vai ter que ver. Mas a gente vai buscar, junto com os onze vereadores, qual que é o mecanismo mais certo. Pagar pela tarifa é uma determinação do Tribunal de Contas. Nós sofremos muito, fui o vereador, junto com Ozéias de Oliveira, naquela época, e o prefeito Milton não queria implantar, e foi a umas horas que teve que implantar, porque o Tribunal exigiu. A mesma coisa que está acontecendo com o IPTU aí. Foi feita medição nova, e foi feito o valor venal, mudado o valor venal. Está também trazendo um transtorno, principalmente para quem mora no centro. Inclusive, eu fui pego de novo, porque eu moro na Avenida Bruno Zution, lá embaixo. Também meus vizinhos e tudo. Daí eu tenho que estar meio escondido quando vou sair para fora, e olhar se eles não estão lá. Mas é assim, a gente vai procurar o melhor caminho, vai ver. Nos IPTU, a única coisa que a gente vai poder ver, se tiver engano, já houve engano, já foi mudado pelo setor de tributação. E também, atrás da água, a gente vai buscar o caminho mais certo, o mais justo, para toda a população deixar claro que a gente vai fazer alguma reunião, alguma coisa. Mas eu acho que primeiro passo, a gente vai procurar o Executivo para tentar discutir esse assunto. Vamos fazer reunião com a Secretaria de Agricultura, e principalmente, vamos marcar aqui, seja uma tarde, depois das cinco horas, depois das seis horas, ou sábado de manhã, alguma coisa assim, para discutir essa questão aí da água. Eles vêm aqui explicar tudo, tirar todas as nossas dúvidas, porque a gente tem dificuldade de explicar para a população as coisas que a gente ainda não tem certeza de como que é. A questão do trânsito, do Realtran, tivemos uma reunião, eu e a Maria Isabel, representando o Poder Legislativo. Ficou definitivo uma hora gratuita, que começou hoje, mas tem que baixar o aplicativo. Tivemos bastante, sabemos que tem gente que tem dificuldade de baixar o aplicativo. Vamos colocar mais pontos, estamos esperando o Dirceu chegar. Também vamos fazer uma reunião com ele. Vamos exigir que tenha mais gente, como o vereador Zanandrea falou, para nós ir colocando as pessoas para saber. Tem uma hora gratuita e tem que ter o aplicativo e apertar. É, vai ter vários pontos e vamos fazer um dia D. De repente, num sábado, todo mundo ir para a rua e falar. A pessoa diz o seguinte, mas eu não tenho celular. É só ele chegar num ponto de venda desse, cadastrar a placa do veículo. Quando ele chegar no mercado, qualquer coisa, qualquer pessoa pode baixar a hora gratuita para ele. E a gente vai analisando agora se uma hora vai ser suficiente, como é que vai, como não vai. Depois vamos reunir o comitê de novo e vamos estar tentando trazer o melhor para a população. O que a Câmara de Vereadores, hoje, os 11 vereadores podem prometer para a população? Que nós vamos defender os interesses da população e o que for justo, a gente vai aceitar, mas o que não for justo, a gente está aqui para fazer as leis. Por isso, vamos estar em reunião com o Executivo e com todo mundo para tentar achar o melhor caminho dentro da lei e o melhor caminho que possa





CAMARA MUNICIPAL DE  
**VEREADORES**  
PODER LEGISLATIVO

nós trilhar. Então, queria deixar essa mensagem para toda a população. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa sessão do dia 31 de março de 2025.

17

JOSÉ ALAIR DOS SANTOS  
CPF: 546.171.039-53  
PRESIDENTE

JOÃO BENTO EMILIANO  
CPF: 575.072.879-04  
VICE-PRESIDENTE

MANOEL ARLITO DE SOUZA COSTA JUNIOR  
CPF: 871.417.799-49  
PRIMEIRO SECRETÁRIO

SÔNIA LOBLEIN MACHADO  
CPF: 790.895.509-68  
SEGUNDA SECRETÁRIA

ANDRÉ EDUARDO KNOP DE ANDRADE  
CPF: 119.771.229-14  
VEREADOR

ANDRÉ NAPIWOSKI FIGUEIRA DE BARROS  
CPF: 052.604.899-93  
VEREADOR

EDILBERTO ZANANDREA  
CPF: 414.004.535-34  
VEREADOR

RENATO FIGUEIRA  
CPF: 075.975.169-24  
VEREADOR

MARIA ISABEL PEDRON TONELLO  
CPF: 114.628.899-99  
VEREADORA

OZÉIAS DE OLIVEIRA  
CPF: 040.954.709-33  
VEREADOR